

FICHA TÉCNICA

facebook.com/manuscritoeditora

© 2017

Direitos reservados para Letras & Diálogos,
uma empresa Editorial Presença,
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena

Título original: *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, senhor feudal, santo:
os Três Rostos do Condestável*

Autor: *João Gouveia Monteiro*

Copyright © João Gouveia Monteiro, 2017

Copyright © Letras & Diálogos, 2017

Revisão: *Ana Albuquerque / Editorial Presença*

Imagem da capa: *Arcangel Images*

Capa: *Catarina Sequeira Gaeiras / Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN: 978-989-8871-24-4

Depósito legal n.º 432 591 / 17

1.ª edição, Lisboa, novembro, 2017

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1 – COMO CONTAR ESTA HISTÓRIA? | 19 |
| Historiografia, Romance e Hagiografia | 19 |
| A Crónica do Condestabre | 38 |
| As crónicas de Fernão Lopes | 51 |
| Outras fontes literárias relevantes | 67 |
| CAPÍTULO 2 – O GENERAL INVENCÍVEL E O SEU EXÉRCITO | 70 |
| Quando e onde nasceu Nuno Álvares Pereira? | 70 |
| A família restrita de Nuno | 73 |
| Retrato(s) de Nun'Álvares | 75 |
| O tirocínio militar e um casamento imprevisto | 77 |
| A morte do pai e a terceira guerra fernandina | 79 |
| Os primeiros passos da revolução e a adesão ao mestre de Avis | 85 |
| A grande oportunidade — o Alentejo | 89 |
| Atoleiros: o primeiro grande triunfo | 94 |
| Ficar em terra, com uma hoste em penúria | 97 |
| Um saboroso ardil em Monsaraz e um amargo de boca no Divor | 99 |
| Dias decisivos em Lisboa e Almada | 102 |
| A tomada de Portel e um revés em Vila Viçosa | 104 |
| Condestável e mordomo-mor do reino | 105 |
| A campanha do Minho | 107 |
| A caminho de Aljubarrota | 108 |
| Aljubarrota: A batalha real | 110 |
| Depois de Aljubarrota: Valverde | 115 |
| Os cercos de Chaves e de Coria | 118 |
| A melhor defesa é o ataque! | 121 |
| A nuvem negra de Braga | 122 |

| | |
|---|-----|
| Entre a Vidigueira e Villanueva del Fresno | 123 |
| Concluir e comemorar | 123 |
| Os bravos do pelotão | 124 |
| O conflito com o rei | 127 |
| As sequelas da crise | 130 |
| A estranha doença de Nun'Álvares | 132 |
| De volta à guerra: os últimos episódios | 134 |
| O negociador da paz | 138 |
| A disputa pelo priorado do Crato | 139 |
| Alcântara (a fechar) e um cargo de pouca dura | 140 |
| O ciclo da morte e da vida | 141 |
| Em Ceuta, com a geração de ouro | 144 |
| Balanço de um chefe militar | 145 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – O SENHOR FEUDAL E O SEU PATRIMÓNIO | 160 |
| Os de Pereira | 160 |
| Por trás de um grande homem... .. | 163 |
| A Ordem do Hospital e o Alto Alentejo | 165 |
| Outros rostos de Pereira | 170 |
| As primeiras mercês (c. 1360-1383) | 171 |
| Da morte de D. Fernando às vésperas de Aljubarrota | 174 |
| Do triunfo em Aljubarrota ao casamento do rei | 178 |
| Das cortes de Braga ao conflito com o rei (1387-1393) | 183 |
| O final do século e o casamento de Afonso e Beatriz (em 1401) | 186 |
| Do casamento de Beatriz às vésperas da entrada no Carmo (1401-1421) | 189 |
| As doações aos netos e a entrada no Carmo (1422-1423) | 195 |
| Os anos derradeiros e a grata memória | 198 |
| O Convento do Carmo | 199 |
| Comentário final | 205 |
| | |
| CAPÍTULO 4 – UM EREMITA DA «POBRE VIDA» NO MOSTEIRO | 213 |
| Vivência religiosa e transformação social | 213 |
| A Ordem do Carmo — fundação, percurso e instalação em Portugal | 241 |
| O Sul e o santoral guerreiro | 250 |
| Os eremitas em Portugal | 268 |
| A religiosidade de Nun'Álvares: uma reinterpretação | 287 |
| A morte do herói e o céu dos afetos | 309 |
| | |
| POSFÁCIO | 329 |
| ÁRVORES GENEALÓGICAS | 333 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 337 |
| NOTAS | 353 |

CAPÍTULO 1

COMO CONTAR ESTA HISTÓRIA?

O contributo das fontes literárias (em especial as de carácter narrativo) para o conhecimento da figura de Nuno Álvares Pereira é absolutamente decisivo. A esmagadora maioria daquilo que sabemos acerca da vida do Condestável provém dessas *estórias*; causa até calafrio pensar naquilo que (não) saberíamos acerca de D. João I ou de D. Nuno sem os testemunhos dos cronistas! Dependemos de tal maneira deles que tenho obrigatoriamente de enquadrar e de apresentar essas fontes, de explicitar em que condições foram produzidas, que influências sofreram e de que forma me poderei servir eficazmente delas. Ocupar-me-ei sobretudo da *Crónica do Condestabre*³ e das crónicas de Fernão Lopes sobre os reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João I (Primeira e Segunda Partes), mas convém que a minha averiguação comece um pouco mais atrás. Os objetivos são claros: perceber o ambiente cultural em que os cronistas viveram e trabalharam; identificar — ainda que de forma breve e simplificada — as principais influências a que devem ter estado sujeitos; entrever o sentido e o significado de algumas das suas analogias e estratégias narrativas. Numa palavra, criar condições para compreendermos um pouco melhor os seus relatos.

Historiografia, Romance e Hagiografia

Narrativas históricas:

A historiografia medieval portuguesa começou por expressar-se em língua latina, sob a forma de «anais», ou seja, de registos de acontecimentos históricos relevantes inscritos segundo uma sequência cronológica,

ano a ano.⁴ Os anais mais antigos remontam aos finais do século XI e inícios do século XII e foram produzidos nos mosteiros de Santo Tirso de Riba d’Ave (no condado portugalense) e de São Mamede de Lorvão (no condado de Coimbra); incluem notícias de eventos ocorridos desde o século IX e preocupam-se em comemorar os feitos da Reconquista da fronteira cristã ocidental associados aos reis das Astúrias e de Leão, ao mesmo tempo que recordam a sucessão dos abades (no caso de Lorvão) e que evocam as façanhas de nobres guerreiros regionais (no caso dos anais de Santo Tirso). Estes registos analíticos, parcialmente copiados e interpolados no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, estiveram na origem, na década de 1130, dos chamados *Annales Portucalenses Veteres* e, mais tarde (c. 1184), dos *Annales D. Alfonsi Portucalensium Regis*, onde se perspetiva o passado histórico «em função dos interesses do recém-fundado reino português» (Krus, 1993, p. 312). A ótica dos frades crúzios era a de que o novo reino configurava o resultado de uma reconquista empreendida de forma autónoma em relação à protagonizada pelos reis de Leão! Estas narrativas, nas quais se misturavam as memórias de Afonso Henriques com vidas de santos («hagiografias») da sua época, tiveram continuidade ao longo dos séculos XIII e XIV, em especial nos mosteiros de iniciativa régia, como Santa Cruz de Coimbra ou Santa Maria de Alcobaça; mas, ao mesmo tempo, outros mosteiros recolhiam notícias e tradições acerca dos seus antigos patronos e protetores de origem nobre.

Ora, foi justamente isso que criou condições para que a prosa narrativa de carácter histórico, agora em língua portuguesa, iniciasse um percurso ascensional de inegável pujança. O primeiro grande marco desta evolução corresponde à produção dos chamados «Livros de Linhagens»⁵, que são composições genealógicas centradas nas famílias nobres e nas quais, entre narrativas históricas e lendárias, se fornecem dados factuais e cronológicos sobre a nobreza, que são essenciais para as reconstituições dos investigadores que se debruçam sobre a história medieval portuguesa (Esteves, 2004, p. 52). O primeiro desses livros, conhecido como *Livro Velho de Linhagens*, deve ter sido produzido no mosteiro de Santo Tirso, na década de 1280; segundo os especialistas, constituiu uma forma de apoio às reacções da nobreza senhorial contra as inquirições régias ordenadas por D. Dinis, em 1284, e também contra a intervenção do monarca no julgamento da herança da poderosa família dos Sosas,

ocorrido no mesmo ano (Mattoso, 1993, p. 419); nele se apresentam «as origens das principais famílias fidalgas portuguesas como anteriores à formação do reino, fazendo-as portadoras de uma genealogia recuada até aos tempos da Reconquista asturiana» (Krus, 1993, p. 313).

Em data que desconhecemos, mas anterior a 1315, surgiria um texto de natureza diferente, sem preocupações de natureza genealógica, mas igualmente revelador do interesse senhorial pelo período da Reconquista asturiana. Refiro-me à tradução portuguesa da *Crónica do Mouro Rasis*, que foi produzida na casa dos senhores de Portel, uma das maiores casas senhoriais do reino; aqui se aborda, de uma forma global, a geografia e a história peninsulares.

A partir da batalha do Salado, travada em outubro de 1340 e onde uma coligação de reis cristãos (que incluía o monarca português, Afonso IV, e o seu genro, Afonso XI de Castela) derrotou uma poderosa aliança muçulmana que juntava tropas do Norte de África (Benimerines) e de Granada, o gosto senhorial pela história aprofundou-se, sob o impulso da memória da velha unidade dos cristãos da Península Ibérica contra o inimigo muçulmano. Assim, sem prejuízo da composição, em Santa Cruz de Coimbra, em língua portuguesa, da *Crónica Portuguesa de Portugal e Espanha* (um texto que reescrevia o passado régio e que nos foi transmitido pelas *Crónicas Breves de Santa Cruz, IV*), assistimos, a partir de então, a um «desenvolvimento da leitura senhorial da história peninsular do reino» (Krus, 1993, p. 313).

Deste modo, em 1343, pela mão de Martim Anes e sob encomenda de um deão não identificado (possivelmente Martim Martins Zote, feito deão da Sé de Braga, em 1342, pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira, seu primo e avô paterno do nosso Nun'Álvares), surgiria o *Livro de Linhagens do Deão*, obra que, no entender de José Mattoso (1993, p. 420), estará decerto relacionada com as reivindicações da nobreza senhorial que se seguiram à guerra civil de 1319-1324, travada entre o rei D. Dinis e o seu filho e herdeiro, D. Afonso. No ano seguinte ao *Livro de Linhagens do Deão* (ou seja, em 1344), terá sido acabado de compor o *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, expressamente atribuído ao filho bastardo de D. Dinis, Pedro Afonso, conde de Barcelos (e genro dos senhores de Portel, uma linhagem com fortes ligações à Ordem do Hospital). Conforme comentou Luís Krus, «oriundos de uma tal constelação senhorial, ambos os livros reconstroem, em função do prestígio fidalgo, uma história

genealógica da nobreza do reino, que não só remonta a épocas anteriores à da fundação de Portugal, como, no caso do texto do conde, recua até às origens bíblicas» (1993, p. 313).

A quase contemporaneidade daqueles dois trabalhos ajuda a explicar a íntima relação entre eles, atestada por evidentes paralelismos textuais e pela similitude da maioria das informações de natureza genealógica anteriores a 1340 (Mattoso, 1993, p. 420). O livro do conde D. Pedro não deve ter sido iniciado antes de 1340, tanto mais que já refere a ocorrência da batalha do Salado. Segundo José Mattoso, deve ser anterior a uma outra obra relevante para o nosso propósito: a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, também atribuída ao conde D. Pedro Afonso e objeto de uma refundição por volta do ano de 1400, a qual permitiu mitigar o registo de carácter genealógico em benefício da afirmação do «contributo regional português na construção da história peninsular», num espírito de «gesta hispânica» (Krus, 1993a, p. 190). Na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, o conde D. Pedro fundiu, sob a influência da historiografia castelhana, textos genealógicos e crónicas, tanto monásticas (como a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*) como de iniciativa fidalga (*Crónica do Mouro Rasis*). «Com este monumental empreendimento, o conde ensaiou uma nova leitura do passado e do dever do reino português» (Krus, 1993, p. 313).

É importante acrescentar que a versão que hoje conhecemos do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* não corresponde exatamente à sua formulação original. Embora se acredite que a estrutura fundamental do livro de Pedro Afonso se manteve (com a inserção das genealogias portuguesas num contexto universal e peninsular, num quadro geral de impressionante fiabilidade histórica), a verdade é que esta obra foi objeto de pelo menos duas refundições após a morte do conde, em 1354. A primeira terá ocorrido entre 1360 e 1365, sendo possível que tenha sido da autoria de «um clérigo imbuído de conhecimentos jurídicos ao serviço do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira», nada menos do que o pai de D. Nuno (Mattoso, 1993, p. 420)! Como demonstrou Bernardo Vasconcelos e Sousa (2000, pp. 31 e ss.), o objetivo principal dessa primeira refundição consistiu em acrescentar uma biografia encomiástica de Vasco Martins Pimentel, apresentado como o fundador desta linhagem. Na verdade, provavelmente por disputarem a herança dos fidalgos de Riba de Vizela e também por terem estado em campos opostos durante a guerra civil de 1319-1324, o conde D. Pedro registara uma

imagem bastante negativa de Vasco Martins Pimentel, que assinalava a sua bastardia e que maculava assim, irremediavelmente, a história da respetiva linhagem. Pois bem, o refundidor tratou de rever e de corrigir essa figuração, em benefício não apenas dos Pimentéis mas também dos próprios Pereiras...

Já anteriormente (pouco depois de 1340), como se percebe pelo *Livro de Linhagens do Deão*, o pai de Álvaro Gonçalves (o arcebispo D. Gonçalo Pereira) se empenhara em «forjar um passado linhagístico em conformidade com as suas aspirações de consagração nobiliária» (Sousa, 2000, p. 38). Mas agora o refundidor de 1360-1365 foi mais longe: articulando a história dos Pereiras com a dos Pimentéis, por via de enlances matrimoniais diversos, reforçou a noção da existência de uma cadeia que unia as antigas e poderosas famílias dos da Maia e de Riba de Vizela aos Pimentéis e aos Pereiras. Deste modo, procurou demonstrar que a família em que nascerá o Condestável remontava, «por via dos antigos condes galegos de Trastâmara e de Trava, ao tempo primordial dos reis das Astúrias» (*ibid.*, p. 38), aos putativos responsáveis pelo início da reconquista cristã da Península Ibérica. Ou seja, e em resumo, às cavalitas dos Pimentéis, «os Pereiras assumiam-se, nesta segunda metade do século XIV, como os lídimos e diretos herdeiros de tradições nobiliárquicas que remontavam ao período da fundação de Portugal e mesmo ao passado semimítico do reino e dos monarcas asturianos» (*ibid.*, p. 40). Reabilitada a memória de Vasco Martins Pimentel («mui bom cavaleiro e de grande fazenda», como escreveu o refundidor no título xxxv), era, afinal, a imagem dos Pereiras que se acautelava, projetando um passado glorioso num futuro que se adivinhava promissor. Não esqueçamos, neste ponto, que um filho de Vasco Martins Pimentel, chamado Estêvão Vasques, foi prior da Ordem Militar do Hospital, e foi justamente ele quem preparou a sua sucessão neste importante cargo em favor do seu sobrinho-neto, Álvaro Gonçalves Pereira... Não fora esta circunstância, e talvez a história do nosso Condestável tivesse sido muito diferente, como adiante perceberemos melhor.

A segunda refundição do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*⁶, operada entre 1380 e 1385, interessa-nos ainda mais: promovida por alguém que preferiu valorizar o elemento narrativo relativamente às atualizações genealógicas, ela traduziu-se sobretudo na reformulação do vasto título XXI, com o objetivo claro de exaltar a família dos Pereiras, nomeadamente

por meio de relatos sobre os seus antepassados e, sobretudo, por via da inserção (justamente na biografia de Álvaro Gonçalves Pereira) de uma extensa narrativa da batalha do Salado, onde o pai de Nuno Álvares e o seu avô estiveram presentes, tendo alegadamente o primeiro desempenhado nela um papel decisivo (Mattoso, 1993, p. 420)! De facto, a vitória portuguesa no confronto direto com a hoste granadina, que se lhe opunha naquela parte do campo de batalha, terá — segundo a narrativa novamente refundida do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* — ficado a dever-se à exibição da Vera Cruz (um pedaço do lenho da Paixão de Cristo) aos combatentes lusitanos, que acusavam já um grande desgaste no combate e que pareciam estar prestes a soçobrar. Ora, a relíquia fora levada para a Andaluzia justamente por D. Álvaro Gonçalves Pereira, que a fora expressamente buscar ao mosteiro hospitalário alentejano do Marmelar, onde o cavaleiro beirão Afonso Peres Farinha a depositara no regresso de uma das suas viagens à Terra Santa, na segunda metade do século XIII. Além disso, antes da batalha, como que em jeito de profecia, o prior do Hospital prometera ao rei português, D. Afonso IV (que naquela campanha se aliara a Afonso XI de Castela), que a relíquia lhe garantiria a vitória no momento decisivo. Assim sucedeu de facto — na narrativa acrescentada ao livro do conde D. Pedro, bem entendido —, em resultado do efeito anímico que tão precioso símbolo provocou nos combatentes portugueses, que logo recobriram o alento e varreram os granadinos do campo de batalha.

No século XIV, terá ainda sido composta a *Crónica da Conquista do Algarve*, que realça os feitos de Paio Peres Correia, o célebre fidalgo português que chegou a ser mestre da Ordem Militar de Santiago na Península Ibérica, entre 1245 e 1275. Como admitiu Luís Krus, esta obra pode, no entanto, corresponder a uma secção entretanto perdida de uma *Crónica do Mestre Paio Peres Correia*, escrita ainda na década de 1340, o que remeterá a respetiva autoria para os *scriptoria* da Ordem de Santiago e «representa um dos mais importantes vestígios da actividade historiográfica desenvolvida pelas ordens religiosas militares na Hispânia de Trezentos, não sendo, portanto, de admirar o facto de perspectivar a *Reconquista* do Algarve de uma forma que diminui e subalterniza o protagonismo régio da iniciativa» (1993b, p. 176).

Da segunda década do século XV data um outro texto fundamental, conhecido como *Crónica de Portugal de 1419* (este título resulta do facto

de a obra conter a indicação expressa de ter sido composta a partir de julho de 1419). Trata-se de um conjunto de narrativas que, após alguns apontamentos relativos ao governo do conde D. Henrique, abrange os reinados de D. Afonso I, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV. Esta obra é conhecida por intermédio de dois manuscritos identificados por Artur de Magalhães Basto (em 1942) e por Carlos da Silva Tarouca (em 1945), este último mais completo do que o anterior, o que justifica as designações comuns de «Crónica dos Cinco Primeiros Reis de Portugal» e de «Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal», respetivamente. Atendendo a que, em 1418, Fernão Lopes fora nomeado guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo, em acumulação com o cargo de escrivão dos livros do infante D. Duarte, considera-se bastante plausível que a *Crónica de Portugal de 1419* seja o resultado de uma iniciativa do infante herdeiro (que, por esta altura, assumia já funções governativas bastante amplas) e que da nova tarefa tenha sido encarregado o próprio Fernão Lopes (Krus, 1993c, p. 186; Moreira, 2013, pp. 49-96). Esta possibilidade é tanto mais razoável quanto sabemos que, nas suas obras principais (a trilogia que inclui as crónicas dos reis Pedro I, Fernando e João I), Fernão Lopes parece aludir a histórias de reinados anteriores compostas por si. Parece também possível, na sequência das averiguações de Luís Lindley Cintra, que aquilo que conhecemos hoje não será a versão original da *Crónica de Portugal de 1419*, mas uma sua versão preparatória, talvez «um seu rascunho, (...) a que ainda faltava o prólogo e algumas notícias a copiar ou adaptar da sua principal fonte, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*» (Krus, 1993c, p. 186).

Como se percebe, a *Crónica do Condestabre* e as narrativas de Fernão Lopes não vão implantar-se em território virgem, no que à prosa histórica em língua portuguesa diz respeito! Quando foram compostas, já a nossa historiografia medieval tinha um respeitável passado (quer em latim, quer em vernáculo), que aqui evoquei sucintamente. É, aliás, oportuno recordar que do rol dos livros que possuiu o rei D. Duarte constam a «Coronica de Espanha em cadernos» e a «Coronica de Portugal»; isto além de exemplares de obras de história antiga (grega e romana), como o «Júlio cesar» e também uma «guerra da maçedonia em papel de marca grande», um «livro de aníbal per português» e uma «historia de troya per aragoes».